

FRANCISCO ADJACY FARIAS

MÔNICA DIAS MARTINS

O conceito de pobreza do Banco Mundial

Em um cenário de crescente pobreza global, o multilateralismo consagrou a idéia de que só é possível “aliviar a pobreza”, mediante “ajuda internacional”, ou seja, transferência de capitais e tecnologias. O Banco Mundial, hoje a maior expressão do multilateralismo, tornou-se o principal promotor das políticas de combate à pobreza. Para melhor compreender o sentido da sua atuação, examinamos os documentos do Banco Mundial e as reflexões de pesquisadores acerca do conceito de pobreza.



In a context of growing global poverty, multilateralism has sanctioned the idea that the only possible way to ‘alleviate poverty’ is through ‘international aid’, or to be precise, through capital and technology transfer. The World Bank, today the greatest expression of multilateralism, became the prime promoter of anti-poverty policies. To better understand the implications of this agency’s intervention, we examine World Bank documents and the reflections of researchers regarding the concept of poverty.

Francisco Adjacy Farias:

Sociólogo formado pela Universidade Estadual do Ceará.

Mônica Dias Martins:

Doutora em Sociologia e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Apesar da existência de múltiplas definições, o conceito de pobreza usualmente empregado na apreciação da realidade socioeconômica internacional é aquele produzido e largamente difundido pelo Banco Mundial. Este artigo busca compreender como esta entidade multilateral concebe a pobreza, fenômeno social complexo que se tornou paradigmático da sua atuação junto aos Estados nacionais no decorrer das últimas três décadas.

Com tal intuito, examinamos alguns dos principais documentos sobre a pobreza elaborados pelo Banco Mundial e que têm servido de referência para governos, organizações não-governamentais e instituições acadêmicas, bem como estabelecemos uma comparação com análises realizadas por estudiosos da temática. Se, por um lado, o Banco Mundial dispõe de amplo quadro de técnicos e extensa base de dados para produzir seus próprios conhecimentos, por outro lado, opera com grande habilidade e desenvoltura na assimilação de questionamentos feitos por ex-diretores, intelectuais e ativistas de variados matizes ideológicos.

Conforme mostramos ao longo deste artigo, as práticas metodológicas e as concepções de pobreza do Banco Mundial orientam não apenas a formulação de políticas públicas nacionais, mas também a reflexão e o debate acerca do desenvolvimento no âmbito da comunidade internacional.

2 O QUE PROPÕEM OS DOCUMENTOS DO BANCO MUNDIAL?

A criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ocorreu em um momento decisivo para a economia capitalista: a Segunda Guerra Mundial. Seus estatutos foram aprovados por representantes de países aliados aos

vencedores do conflito, durante a conferência de *Bretton Woods* (1944), convocada pelo presidente dos EUA para reformular o sistema monetário e financeiro global.

Inicialmente voltado apenas para a Europa devastada por confrontos bélicos, o trabalho de reconstrução implementado pelo BIRD segue importante em situações de desastre natural, emergência humanitária e reabilitação pós-conflito. No entanto, com o passar de décadas, suas ações, sempre entrelaçadas aos grandes investimentos financeiros, se direcionam principalmente para erradicar a pobreza nos países “atrasados”. O afamado discurso de Robert McNamara, em Nairobi (1973), consagra a idéia de que a pobreza é uma “ameaça” ao desenvolvimento e à segurança mundiais.¹

A partir de então, o Banco Mundial assume a postura de articulador das políticas de combate à pobreza, em conjunto com os governos nacionais dependentes da sua ajuda. Segundo informa a própria instituição:

O Banco Mundial é a única agência supranacional de financiamentos que angaria fundos nos mercados financeiros internacionais para combater a pobreza através do financiamento de projetos nos países em desenvolvimento; ajuda a atrair investimentos privados através de co-investimentos; oferece aconselhamento econômico e técnico aos países membros.²

Ao incentivar estudos e produzir vasta gama de documentos sobre a pobreza, o Banco Mundial exerce influência em âmbito global. É comum encontrar citações extraídas destes documentos e estudos em diversas publicações governamentais, acadêmicas e jornalísticas. No Brasil, este engajamento acontece há quase meio século. Por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal órgão de fomento à pesquisa no país, começa a receber assistência do Banco Mundial ainda nos anos da ditadura militar.³

Um dos documentos mais conhecidos do Banco Mundial é o *World development report*, cuja primeira edição ocorreu em

1978, com a pretensão de fazer uma ampla abordagem sobre o desenvolvimento. Nas últimas duas décadas, estes relatórios tornaram-se uma referência, quase imprescindível, nas análises sobre a pobreza.

A edição de 1990, na qual a pobreza constitui tema central, é um marco nas representações acerca do problema. De acordo com a introdução: “O presente relatório trata da pobreza no mundo em desenvolvimento – ou seja, trata dos pobres mais pobres do mundo. Busca, em primeiro lugar, medir qualitativa e quantitativamente a pobreza” (Banco Mundial, 1990:01). Contendo dados econômicos e sociais relativos a diversos países, o relatório os classifica conforme a situação econômica medida pelo Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. No trecho a seguir podemos ter um melhor entendimento de como foi elaborada esta classificação:

Os grupos de países adotados neste relatório são assim definidos: *economias de baixa renda* são aquelas com PNB *per capita* igual ou inferior a U\$ 545,00 em 1988; *economias de renda média* são aquelas com PNB *per capita* superior a U\$ 545,00, mas inferior a U\$ 6.000,00 em 1988; *economias de alta renda* são aquelas com PNB *per capita* igual ou superior a U\$ 6.000,00 em 1988 (Banco Mundial, 1990: x).

O documento traz um balanço da conjuntura econômica mundial, com informações sobre Produto Interno Bruto (PIB), taxas de juros, déficit e superávit público, dívida interna e externa. E, de modo geral, enfoca mais intensamente as regiões onde existem as maiores aglomerações de pobreza absoluta, isto é, de indivíduos que sobrevivem com menos de um dólar por dia. Predomina o conceito de pobreza assentado em indicadores econômicos, como a renda *per capita*.

Marcados por turbulências financeiras, os anos 1980 nesse documento são denominados de “década perdida”; no tocante à década de 1990, as previsões antecipam que “a nova era será singularmente promissora e próspera para a história do mundo” (Ibid.: 07). Cabe lembrar que, enquanto nos anos 1980 per-

sistia a disputa entre os blocos socialista e capitalista, na década seguinte, o fim da Guerra Fria alimentava expectativas daqueles que apostavam no capitalismo como panacéia para os problemas econômico-sociais.

No relatório de 1990, a estratégia do Banco Mundial para reduzir a pobreza “de modo rápido e politicamente sustentável” concentra-se em dois fatores relacionados: força de trabalho e assistência social. Porém, como argumenta a instituição, o êxito desta estratégia dependeria dos “países clientes” seguirem fielmente suas diretrizes, condição indispensável para receber “ajuda” dos organismos internacionais, como mostra a citação a seguir:

A ajuda externa deveria vincular-se mais estreitamente aos esforços que os futuros beneficiários se mostrassem dispostos a fazer para reduzir a pobreza [...] Reafirma-se assim a convicção de que a ajuda só funciona bem quando é acompanhada de uma boa estratégia desenvolvimentista (Banco Mundial, 1990: 04).

Garantindo ter a “fórmula” para reduzir a pobreza, a instituição sustenta que “não só conhece os principais elementos de uma estratégia eficaz, como também seria possível, com pouco ônus para os países industrializados, obter os recursos externos necessários ao custeio desta estratégia” (Ibid.: 06). Ainda que as proposições de “ajuda” internacional para combater à pobreza possam parecer convincentes no discurso, na prática, sua execução deixa os países “assistidos” dependentes, financeira e tecnicamente, dos recursos destinados a uma “clientela bem definida”, como afirma o BIRD (Ibid.: 04). Ou seja, ao definir como e em que estes recursos serão empregados, a instituição multilateral impõe aos “clientes” pobres uma determinada modalidade de “trabalho” e de “assistência”, elementos-chave da sua proposta de combate à pobreza nos anos 1990.

Decorrida uma década, o Banco Mundial esclarece no prefácio do *World Development Report* de 2000/2001 que não atin-

giu suas metas de redução da pobreza. Pelo contrário, o número de pobres aumentou tanto na América Latina, no sul da Ásia e África Subsaariana como nos países da Europa e Ásia Central, em transição para a economia de mercado (Banco Mundial, 2002: 03). A instituição admite as dificuldades em combater a pobreza e sua complexidade.

Na tentativa de expor melhor o problema, primeiramente, o Banco Mundial apresenta uma breve retrospectiva acerca das distintas estratégias desenvolvimentistas adotadas pelos países, sob sua orientação, nas últimas décadas:

Nos anos 1950 e 1960, muitos consideravam os grandes investimentos em capital físico e infra-estrutura como a principal via de desenvolvimento. Nos anos 1970, aumentou a conscientização de que o capital físico não era suficiente: a saúde e a educação tinham pelo menos a mesma importância... Nos anos 1980, após a crise da dívida, recessão global e experiências contrastantes[...] a ênfase passou a ser atribuída à melhoria da gestão econômica e liberação da força do mercado. Nos anos de 1990, o governo e as instituições passaram a ocupar o centro do debate, ao lado das questões de vulnerabilidade no âmbito local e nacional (Banco Mundial, 2002: 06).

Sua estratégia de redução da pobreza, anteriormente baseada na oferta de trabalho e de assistência social, é modificada. Agora, trata-se de “promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança dos pobres” (Idem: 06). O conceito de pobreza se amplia, passa a abranger outros fatores. De acordo com o documento de 2000/2001 (2002:12): “A estratégia apresentada neste relatório reconhece que a pobreza é mais do que renda ou desenvolvimento humano inadequado; como também vulnerabilidade, falta de voz, poder e representação”.

Mas, o que significa “desenvolvimento humano inadequado?” No entendimento do Banco Mundial, os maiores responsáveis pelo malogro das suas iniciativas de combate à pobreza são os Estados nacionais. Os governantes dos países pobres seriam elitistas, ineficientes, corruptos, frágeis,

incapacitados, como consta nos fragmentos a seguir (Banco Mundial):

Outra causa de vulnerabilidade é a incapacidade do Estado ou da comunidade em desenvolver mecanismos de redução ou alívio dos riscos que os pobres enfrentam. (2002 : 37).

Em muitos casos, os governos são mais sensíveis aos interesses da elite do que às necessidades de segmentos pobres[...] (2002 : 39).

A melhoria da administração pública também requer o reforço da capacidade administrativa e reguladora a redução da corrupção. O ônus da corrupção em pequena escala recai desproporcionalmente sobre os pobres[...] (2002 : 39-40).

Ainda no mesmo relatório, o Banco Mundial faz referência ao documento *Voice of the poors*, elaborado em parceria com as universidades, que representou uma tentativa de compreensão “da realidade de mais de 60.000 homens e mulheres pobres de 60 países. Este estudo mostra que os pobres são agentes ativos em suas vidas, mas em geral não conseguem influenciar os fatores econômicos e sociais que determinam seu bem-estar” (Banco Mundial, 2002: 03). A pesquisa justifica o novo posicionamento da instituição diante da pobreza, redefinida em uma perspectiva multidimensional, sendo incorporados à análise aspectos ambientais e psicológicos. Doravante se faz necessário “ouvir” diretamente aqueles que há tempos vivem quase sob as mesmas condições de penúria e se mostram “incapacitados” para romper com o círculo vicioso da miséria.

Ao explorar estes dois relatórios, percebemos que a instituição modifica sua concepção de pobreza e as estratégias para combatê-la, com o passar de uma década. Mesmo apesar de admitir a precariedade dos seus métodos anteriores, permanece a crença na força do comércio e na gestão capitalista como premissas da sua atuação programática para erradicar a pobreza.

Mais uma publicação do Banco Mundial é o livro *Globalização, crescimento e pobreza* (2003), a qual resultou de um estu-

do encomendado por esta instituição. Conforme ressalta o prefácio: “O foco da nossa pesquisa está no impacto da integração econômica sobre os países em desenvolvimento, em especial sobre a população pobre que vive nesses países” (Banco Mundial, 2003:09). Nele, a instituição reitera que o fracasso das suas ações deve ser atribuído, em grande parte, a “políticas econômicas incompetentes, bem como desemprego e nacionalismo exacerbado, [que] levaram os governos a adotar o protecionismo[...]” (Ibid.: 19). Ainda como consta na mesma fonte, para acentuar seu ideal de sucesso, apresenta os Estados Unidos como exemplo de país desenvolvido e próspero, “a maior e, em alguns aspectos, a mais bem-sucedida economia do planeta, oferecendo a milhões de pessoas pobres uma oportunidade de crescer e prosperar” (Ibid.: 33).

Incorporando o papel de “protetor” das nações pobres, o Banco Mundial sublinha, mais uma vez, que a ajuda internacional é o único meio de estes países progredirem e se adaptarem à nova “realidade global”:

Nações de baixa renda em processo de reforma têm dificuldade em atrair investimentos. Aqui a ajuda internacional pode ter um papel complementar de grande valor para auxiliar os países em processo de reforma de suas políticas com a esperança de se tornarem globalizados. Logo, umas das razões pelas quais a ajuda internacional aumenta o crescimento nos países com ambientes de boas políticas é que ela atrai investimentos. (Banco Mundial, 2003: 98 - 99).

A definição de pobres e o conceito de pobreza são determinados pela equipe de pesquisadores do BM, sob uma metodologia que não é esclarecida em nenhum dos documentos analisados nesse estudo. Bem organizados com números, cifras e fórmulas características do universo da economia, seus relatórios pretendem identificar, quantificar e qualificar os pobres. No entanto, ao priorizar, essencialmente, o aspecto financeiro das relações humanas, este tipo de classificação não seria arbitrário e unilateral?

Chama atenção, ainda, a falta de referências às práticas usuais do comércio internacional e às articulações financeiras do mercado. Quem lê as publicações do Banco Mundial tem a impressão de que os pobres estariam sob controle da instituição e de que a ausência de desenvolvimento se encontraria na “incapacidade” dos pobres ou na “incompetência” dos governos. Apenas com uma boa gestão do capitalismo, aí incluídas tanto a crença neste sistema como a obediência às suas regras, teríamos de fato o modelo ideal para erradicar a pobreza.

Os estudos realizados pelo Banco Mundial primam pela insuficiência de dados que constatem a pobreza em nações como os EUA, a Alemanha ou a França. Porém, como é sabido, a pobreza também está presente nestes países. Dois fatos significativos ajudam a ilustrar a existência de pobres em nações desenvolvidas. Em agosto de 2005, o furacão *Katrina* atinge a costa estadunidense, forçando a grande mídia a revelar áreas paupérrimas ocultas do público pelo chamado “fundamentalismo do mercado”.⁴ Apenas dois meses depois, em outubro de 2005, eclodem manifestações sociais jamais vistas na França. Durante onze dias, imigrantes pobres que vivem amontoados nos guetos, vítimas do desemprego, do racismo e da ausência de assistência governamental organizaram sucessivos motins.⁵

Como o Banco Mundial reagiu em face destes eventos? Ao que parece, pouco se interessou. Para a instituição multilateral, certamente o mais importante é estar a pobreza isolada (como uma doença) e restrita à sua área de “influência”: os países denominados pobres ou subdesenvolvidos. Talvez por este motivo os contingentes pobres dos países ricos nunca sejam mostrados em documentos impressos ou mesmo no *site* da instituição.

Seus relatórios guardam certo teor “tecnocrata” e “economicista”, o que dificulta a compreensão, inclusive, de indivíduos com razoável nível educacional. O Banco Mundial pretende-

ria produzir uma espécie de documento para “iniciados” no assunto? Ou seria um código de pobreza a ser decifrado apenas pelos neófitos no tema? Ou, tal como nas ordens religiosas, buscaria uma forma de proteger dos “profanos” o seu conhecimento “sagrado” sobre a pobreza?

A impressão que fica após analisar as produções do Banco Mundial sobre a pobreza é a de que este busca forjar uma concepção padronizada de pobre, o “pobre universal”, na tentativa de absorver o conceito de pobreza e, assim, legitimar-se no cenário internacional. Os pobres são necessários à sobrevivência do Banco Mundial; em um “mundo livre de pobreza”, seu papel ficaria comprometido.

Como a noção de pobreza não é construída apenas de formulações próprias do Banco Mundial, seja diretamente seja por encomenda, mas também mediante confronto de idéias, cabe conhecer outras visões e perspectivas de análise.

3 O QUE PENSAM OS ESTUDIOSOS DA POBREZA?

A década de 1990 foi decisiva para a nova ordem mundial. Ocorreram profundos ajustes econômicos e políticos, com a abertura para o mercado internacional, as privatizações de bens públicos, a precarização do trabalho e a transferência intensiva de capital estrangeiro e tecnologia para as sociedades menos desenvolvidas. Restrições nos serviços públicos e o crescimento da massa de desempregados tornaram a pobreza ainda mais acentuada.

Michael Chossudovsky (1999) examina os vínculos entre a reprodução da pobreza e a ordem financeira internacional, comandada pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC).⁶ Os programas de ajuste estrutural e estabilização macroeconômica destas entidades condicionam os empréstimos aos países, levando ao endividamento e ao empobrecimento de milhões de pes-

soas. Tais práticas econômicas acarretaram o que Chossudovsky (1999:26) denomina de “globalização da pobreza”.

Na ótica do economista, o discurso da pobreza é um instrumento importante para o Banco Mundial adquirir autoridade junto ao meio acadêmico. Influenciada por preceitos neoliberais, a universidade fomenta a internacionalização da ciência econômica a serviço das grandes corporações. Como afirma (1999:84):

O dogma econômico dominante não admite nem divergências nem discussão sobre o seu paradigma teórico básico: a principal função das universidades é produzir uma geração de economistas leais e confiáveis que sejam incapazes de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global.

A reestruturação neoliberal conduzida pelos organismos internacionais impõe normas financeiras drásticas aos países em desenvolvimento, levando-os à submissão ao capital estrangeiro. Neste tocante, a soberania nacional merece reflexões de Chossudovsky: “Em nenhuma época da história, o ‘livre’ mercado – operando no mundo por meio dos instrumentos da macroeconomia – desempenhou um papel de tal importância na determinação do destino de nações ‘soberanas’ ” (Ibid.:30).

Joseph Stiglitz (2002) também tece considerações sobre o fundamentalismo do mercado, ideologia disseminada pelas entidades multilaterais.⁷ Em virtude do seu caráter público, estas deveriam gerir os “bens públicos globais”, buscando certo equilíbrio entre mercado e Estado. No entanto, colocaram os interesses comerciais acima de qualquer outra preocupação, inclusive as relativas ao meio ambiente, e impuseram planos econômicos aos países, apoiando-se em pressupostos ideológicos. Assim, diz Stiglitz (2002: 263):

O problema na economia atual não se encontra na globalização em si, e sim na maneira em que vem sendo gerida. Parte do problema está em instituições econômicas internacionais, como o Fun-

do Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que ajudam a estabelecer as regras do jogo.

O Banco Mundial, cujo processo decisório limita o voto e a participação dos países-membros ao fator econômico, necessitaria de reformas para atuar de forma democrática e transparente. Ainda de acordo com a mesma fonte (2002: 277):

A transparência é ainda mais importante em instituições públicas como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, porque seus líderes não são eleitos de maneira direta. Apesar de serem públicas, não existe uma prestação de contas direta ao público.

Muitos estudiosos se pronunciaram sobre as práticas neoliberais e seus malogros econômicos. Entre estes autores, mencionamos Márcio Pochmann (2001), que apresenta uma retrospectiva dos malogros econômicos mundiais, resultante das práticas neoliberais, com especial atenção ao Brasil.⁸ O atual presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) denomina de “mitos” as promessas neoliberais, particularmente três: o esvaziamento do papel do Estado levaria ao crescimento econômico; a abertura do mercado nacional permitiria a modernização do parque produtivo e a redução do desemprego; a compra de pacotes de tecnologia de ponta diminuiria o atraso em relação às economias avançadas.

Tais “mitos” integram o “receituário” das instituições que regulam a economia internacional, como é visível nos relatórios do Banco Mundial. Apesar dos problemas advindos da globalização – pobreza, concentração de renda, aquecimento do clima e marginalidade – estes “mitos” ajudam a criar a ilusão do desenvolvimento.

Pochmann tenta desconstruir estas promessas do capital e delinea um panorama atual carente de reformas para evitar um colapso socioeconômico. A experiência brasileira dos anos 1990 comprova os graves efeitos da reestruturação econômica, como assinala o autor (2001: 07):

FRANCISCO ADJACY FARIAS

MÔNICA DIAS MARTINS

Uma verdadeira fantasia neoliberal ganhou o país, capaz de criar um enorme fosso ente o que dizia ser e o que revelou após sua implantação [...] No Brasil, que também viveu a hegemonia do pensamento único durante a década de 1990, verificou-se a sempre presente tentativa de marginalização daqueles que ousavam pensar o contrário do que as teses neoliberais apontavam como verdades absolutas [...]

Ainda sobre o assunto, Ana Maria Torres Ribeiro (2001) analisa especificamente o plano que direciona as aplicações financeiras do Banco Mundial no Brasil, durante o período de 2000 a 2002.⁹ Na visão da socióloga, o documento intitulado *Country assistance strategy* (CAS) carece de transparência, objetividade e eficiência programática, utilizando-se do artifício de “combate à pobreza” para justificar a ingerência externa na formulação de políticas nacionais.¹⁰ Ao constatar não existir clareza quanto à metodologia empregada na elaboração do plano nem contextualização social da pobreza, afirma:

Além de referências a estudos técnicos, ocorre, somente, a inclusão de um quadro em que os pobres (favelados) se pronunciam, mas como e por quê essas vozes foram ouvidas é algo que não foi dito nem esclarecido [...] recorrer à fala descontextualizada dos pobres é, no mínimo, desconsiderar a complexidade da formação social brasileira e as organizações existentes no país [...] Trata-se de recurso de poder e não de uma interlocução ampla com diferentes segmentos do Estado e com a sociedade civil, a menos que se acredite que limitadas pesquisas quantitativas, realizadas sem qualquer esclarecimento de método, possam servir de base para a formulação de diretrizes para a política econômica (Ribeiro, 2001: 70).

Segundo Ribeiro, o modo descontextualizado e quantitativo como a pobreza é retratada em publicações, relatórios, livros, *website* e outros meios usados pelo BIRD para expandir suas idéias confere poder à instituição. Ainda nas palavras da autora (2001:80-81):

O isolamento da pobreza faz dela uma referência constante e legitimadora da ação do Banco Mundial, permitindo a sua citação em qualquer face das orientações para a economia, inclusive nos investimentos em infra-estrutura econômica que são do interesse imediato de grandes corporações.

Protegidas pelo enfoque humanitário de “redução da pobreza” e pelo linguajar tecnicista dos documentos, as intervenções neoliberais raramente são averiguadas ou questionadas pelos “assistidos”, sendo implantadas quase sem reação contrária e de forma a dificultar o conhecimento sobre a conexão entre a política nacional e os programas das entidades multilaterais.

Márcia Anita Sprandel (2004), em seu estudo sobre a pobreza no Brasil, discute a atuação destas entidades, entre outros aspectos.¹¹ Ao se referir especificamente ao Banco Mundial, a antropóloga sustenta que seu discurso é uma tentativa de “naturalização” da pobreza. Ou, para ser mais precisa, de ignorar os processos geradores da pobreza e encobrir a multiplicidade de sentidos do termo com o uso corriqueiro e repleto de estatísticas.

Não obstante a riqueza quantitativa de discursos e representações sobre a pobreza, os trabalhos da comissão [do Banco Mundial] foram extremamente pobres em termos de dados qualitativos. Os discursos e representações apresentados sobre a pobreza pouco têm a ver com aqueles produzidos pelos autores que pensaram o Brasil [...] Mas independentemente de ideologias, tratou-se naquela comissão de uma pobreza passível de ser calculada. Sobretudo, ficou claro a consagração da representação numérica da pobreza (“linha da pobreza”, “linha da indigência”, “números de pobres”, etc.), tratada como se imune fosse à teoria ou às interpretações (Sprandel, 2004: 173).

Após avaliar os relatórios da instituição, Sprandel conclui que a metodologia de identificação e classificação dos pobres é inconsistente. Discorda, portanto, dos procedimentos utilizados para definir a “linha da pobreza”, que lhe parecem arbitrários e ineficientes. A crença excessiva nos números alimenta boa parte da opinião pública e do imaginário coletivo, reforçando a legitimidade do BIRD junto às nações nas quais opera e às agências de cooperação internacional, além de dar a impressão de que esta instituição estaria apta a controlar os pobres.

As análises dos cinco pesquisadores mostram as fragilidades da metodologia e da concepção da pobreza elaboradas pelo Banco Mundial, associadas à necessidade de reformas no sistema multilateral. Considerando que só se fazem demandas a quem se reconhece autoridade de atendê-las, a instituição aceita e incorpora as críticas, desenvolve novos conceitos e busca um melhor desempenho.

Em face do poder atribuído às entidades internacionais, existe uma tendência ao surgimento de redes de organizações civis que monitorem e proponham mudanças de modo a garantir procedimentos democráticos, participativos, transparentes. As relações dos países “pobres” com os países “ricos” e suas corporações costumam passar despercebidas do cidadão comum. Daí a importância de pessoas e organizações que observem como estas relações influenciam as políticas das instituições multilaterais na tentativa de expô-las ao domínio público.

Com vistas a contornar contestações aos programas do Banco Mundial, em 1996, seu presidente, James Wolfensohn, solicita ajuda de organizações da sociedade civil para, segundo suas palavras, “oferecer uma contribuição máxima para a redução da pobreza”.¹² Assim, é criado o *Structural Adjustment Participatory Review Initiative* (SAPRI), projeto participativo que, durante cinco anos, investiga os impactos das políticas de ajuste estrutural em vários países. Os resultados da pesquisa, da qual participaram centenas destas organizações, foram debatidos em fóruns nacionais e publicados em livro.¹³ A iniciativa ilustra bem como o Banco Mundial age em busca de absorver o conceito de pobreza e de sua auto-afirmação como “protetor dos pobres”.

4 A POBREZA DAS NAÇÕES

Com o desenvolvimento acelerado da ciência e da tecnologia, o saber afirma-se cada vez mais como instrumento de poder. O domínio das áreas do conhecimento constitui mecanis-

mo de legitimação perante sociedades caracterizadas pelo apreço à especialização, às estatísticas econômicas, ao imediatismo dos resultados e à informatização de dados. É neste panorama que se inserem a produção e difusão do conceito de pobreza pelo Banco Mundial.

Apesar de a pobreza ser fenômeno complexo, variável e persistente, o Banco Mundial se apropriou do problema, e tenta mantê-lo sob controle social. Com o pretexto de “aliviar” a pobreza das nações, tem ampliado sua capacidade de persuasão junto aos governos nacionais. Desta forma, para a instituição, a existência da pobreza torna-se mais importante que sua erradicação. A missão de “combater a pobreza” lhe confere prestígio e expressa, simbolicamente, o poder da instituição.

O Banco Mundial orienta a elaboração de políticas públicas, interage com diversas áreas do conhecimento, fomenta a realização de pesquisas e acolhe estudos sobre a pobreza, mesmo aqueles divergentes do seu pensamento. Suas idéias irradiam-se ao universo acadêmico, círculos governamentais, meios de comunicação. Isto lhe confere autoridade concernente à pobreza.

Empréstimos externos tornam os países “assistidos” dependentes das grandes potências que dirigem o Banco Mundial. Portanto, se as políticas nacionais seguem a “ordem global”, a pobreza não pode ser atribuída apenas a fatores locais, tais como a “ineficiência” dos governantes, o “nacionalismo exacerbado” e o “excesso de corrupção”. É com argumentos deste tipo que a instituição multilateral tende a minimizar as origens do problema, incentivando a “naturalização” da pobreza.

Inegavelmente o sistema capitalista gera riqueza e pobreza sem precedentes na história da humanidade. Ou repensamos o modo de produção, trabalho, distribuição de renda, gestão da natureza e convivência com o “outro” ou seremos o retrato da “modernidade insustentável”, o “planeta pobreza” girando em torno à órbita do “rico mundo” do capital, os habitantes de *Soylent Green*, tal como a ficção profetizou.¹⁴

REFERÊNCIAS

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BANCO MUNDIAL. **Globalização, crescimento e pobreza**. Washington: Banco Mundial, 2003.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington: Banco Mundial, 1990.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington: Banco Mundial, 2002.

CHOSSUDOVSKY, Michael. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DOMINGOS NETO, Manuel. A trajetória do CNPq. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.19-40, 2005.

MARTINS, Mônica Dias. Guerra e desenvolvimento: as inflexões do Banco Mundial. **Revista Tensões Mundiais**, v.3, n.4, p. jan./jun. 2007.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, Ana Maria Torres. A face social da mudança econômica. In: BARROS, Flávia (Org.). **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil**. Brasília: Rede Brasil, 2001.

SPRANDEL, Márcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

NOTAS

¹ Robert McNamara presidiu o Banco Mundial no período de 1968 a 1981. Suas idéias e sua gestão são analisadas no artigo "Guerra e desenvolvimento: as inflexões do Banco Mundial" (MARTINS, 2007).

² Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: mar. 2007.

³ Para maior aprofundamento sobre a ingerência do Banco Mundial na política científica e tecnológica brasileira, ver artigo “A trajetória do CNPq” (Domingos Neto, 2005).

⁴ Catástrofe natural que causou graves prejuízos nos EUA, especialmente na área metropolitana de New Orleans, em 29 de agosto de 2005, provocando a evacuação de mais de um milhão de pessoas. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0903/0903_katrina_tres.asp>. Acesso em: abr. 2007.

⁵ Disponível em: <<http://www.sr-cio.org/texto/internacional/francamotins.htm>>. Acesso em: mar. 2007.

⁶ Professor da Universidade de Ottawa, Canadá, e assessor de entidades da sociedade civil.

⁷ Consultor econômico da presidência dos EUA, na gestão Clinton, e economista-chefe do Banco Mundial, no período compreendido entre 1993 e 1999.

⁸ Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Unicamp.

⁹ Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

¹⁰ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/secs_inter/noticias/senamidia/historico/1999/11/zn111150.htm>. Acesso em: abr. 2007.

¹¹ Consultora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e assessora técnica do Senado Federal.

¹² Disponível em: <<http://http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,157,0,0.html>>. Acesso em: dez. 2006.

¹³ O livro é: *The structural adjustment - The policy roots of economic crisis, poverty and inequality*. London: Zed Books, 2004.

¹⁴ Filme que retrata uma sociedade que chega ao caos social e político por conta de suas desigualdades extremas. Lançado no Brasil com o título: *No Mundo de 2020* (Metro-Goldwyn-Mayer. Direção: Richard Fleischer, 1973).